



Apresentação crítica das políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Alexandre Espósito¹

Resumo

O presente trabalho teoriza sobre o histórico de políticas governamentais em Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e enfatizando suas críticas recebidas. Esse tipo de educação teve um processo longo até chegamos aos dias de hoje, que ainda é cheio de falhas teóricas e estruturais. Assim, é preciso compreender seu processo para podermos criar uma EJA que corresponda cada vez mais adequadamente sua verdadeira finalidade, educar. Uma ordem primordial de conhecimento é saber que concepções de educação estão intrínsecas, diluídas e presentes na criação e condução de políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos. Cabe sempre ler os históricos e relatos de políticas públicas na EJA e perceber em qual das perspectivas de educação, bancaria ou reflexiva, elas foram desenvolvidas. Para qual finalidade e em qual período histórico essas políticas foram criadas. Servem primeiramente para educar jovens e adultos. Mas, além disso, qual a finalidade do ponto de interesse governamental? São políticas públicas que de fato foram constituídas junto à sociedade civil relevando suas sugestões ou apenas maquiando-as? Pelo conhecimento dessas concepções tratadas e das perguntas apresentadas, a finalidade do trabalho está envolta de um histórico sobre o ensino de adultos, explanando seus interesses e alvos criticados.

Palavras chave: EJA , Políticas Públicas.

¹ Graduando em Psicologia pela UNESP/FCL-ASSIS. Bolsista do CNPq. alexandreespositosp@gmail.com



Resumen

Este trabajo se especula sobre la historia de las políticas gubernamentales en Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Brasil y hace hincapié en sus críticas. Este tipo de educación era un proceso largo hasta que llegamos al día de hoy, que todavía está llena de fracasos teóricos y estructurales. Por lo tanto, es necesario entender el proceso con el fin de crear un EJA correspondiente cada vez más adecuadamente su verdadero propósito, educar. Una pregunta primordial del conocimiento es saber que las concepciones de la educación son intrínsecas, diluido y presente en la creación e implementación de políticas en Educación de Jóvenes y Adultos. Siempre debe leer los relatos históricos y las políticas públicas en la EJA y darse cuenta de que las perspectivas de la educación, la bancaria o reflexiva, que fueron desarrollados. ¿Con qué fin y en qué período histórico se crearon estas políticas? ¿Sirve para educar a jóvenes y adultos? Pero más allá de eso ¿Cuál es el propósito del punto gubernamental de interés? ¿Las políticas públicas que fueron de hecho realizadas por la sociedad civil enfatizando sus sugerencias o maquillaje sólo en ellos? A través del conocimiento de estos conceptos y manejo de las preguntas presentadas, el propósito de la obra está envuelta en una historia de la educación de adultos, explicando sus intereses y metas criticado.

Palabra clave: Educación de Jóvenes y adultos, políticas públicas.

Introdução

Este trabalho foi realizado como proposta de avaliação na disciplina de Políticas Públicas e Movimentos Sociais em 2012. Foi relevada a proposta pelo autor de fazer uma união entre processo avaliativo e material de discussão do programa de educação de jovens e adultos (P.E.J.A.), um projeto de extensão institucionalizado pela UNESP desde 2000.

Essa decisão tem uma justificativa simples: Porque fazer algo por mera pontuação quantitativa se permanecer em arquivo? Por mais que o peso quantitativo seja reflexo de uma



avaliação da qualidade, não há porque pensar no trabalho pelo trabalho (assim como arte pela arte ou jogo pelo jogo ou fragmentos de violência ou fragmentos de violência). O autor crê numa perspectiva de uso múltiplo do trabalho, sendo utilizado como processo avaliativo, de construção e transposição do conhecimento e para todas as outras utilidades possíveis ainda que estão por vir.

Sua linguagem e modo de escrita estão bem simples. Não há porque mistificar um escrito com propósitos diversos. Não há uma revisão bem forte sobre este. Não é um trabalho árduo de pesquisa bibliográfica intensa. Mas, este é a apresentação de uma pequena resenha sobre o histórico das políticas educacionais governamentais para a educação de jovens e adultos (EJA), passando por pontos de crítica.

Introdução: Perspectivas da educação e políticas públicas na EJA.

Se vamos traçar um histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, não há como começarmos a falar de seus programas e políticas. Esse tipo de educação teve um processo longo até chegamos aos dias de hoje, que ainda é cheio de falhas teóricas e estruturais.

Temos que pensar que a promoção/progresso/força da educação é uma das essenciais estratégias para promover o crescimento econômico e trabalhista no país. Não é por acaso que apoderados desse saber, há muitos cargos administrativos do governo na área de educação sendo ocupados por economistas². O que há por trás de uma política de educação vai muito além do ato de educar.

Assim, podemos pensar em uma educação bancária: aquela definida por Freire (1987) como instrumento de opressão, gerada numa hierarquia, inserindo a vontade e o saber de uma classe social específica para camadas mais populares num vetor de mão única. Criando assim saberes, gerenciados e específicos, para os alunos³ conforme os interesses das camadas mais favorecidas economicamente. Estes alunos são vistos assim, apenas como depósitos de

²Exemplos simples para se pensar são os casos do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, mestre em economia, e do atual ministro, Aloizio Mercadante, economista.

³ Na etimologia da palavra: a (sem) + luno (luz) = sem luz. Aquele que depende do saber do professor para receber o conhecimento, aqui simbolizado pela luz.



conhecimento. Podemos conhecer também a educação reflexiva: Onde o educando⁴ aprende em uma gama muito diversificada de vetores. Aprende, a partir de suas necessidades, a refletir sobre os fenômenos à sua volta, levando assim ao processo de conscientização.

Agora, uma ordem primordial de conhecimento é saber que essas concepções de educação estão intrínsecas, diluídas e presentes na criação e condução de políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos. Cabe sempre ler os históricos e relatos de políticas públicas na EJA e perceber em qual dessas perspectivas de educação elas foram desenvolvidas. Para qual finalidade e em qual período histórico essas políticas foram criadas. Servem primeiramente para educar jovens e adultos. Certo, para que mais? Quais são os interesses que estão por trás disso? São políticas públicas que de fato foram constituídas junto à sociedade civil relevando suas sugestões ou apenas maquiando-as?

Pelo conhecimento dessas concepções tratadas e das perguntas apresentadas, será traçado adiante um histórico sobre o ensino de adultos, passando pelos seus primórdios no Brasil, pela criação de programas governamentais e algumas iniciativas próprias dessa prática educacional.

Por Deus, pela guerra e por interesses diversos: Problematizações e finalidades da EJA antes de 1947.

A população de jovens e adultos não letrados só se tornou objeto de políticas públicas em 1947 com o lançamento da Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde. Anterior a esse período a EJA era realizada em iniciativas regionais e com finalidades próprias. Vale ressaltar que as constituições brasileiras não tratavam do problema da população analfabeta porque era dever de cada estado se preocupar com sua própria organização de ensino fundamental e médio por princípios de constituição federal. Adiante há algumas relevâncias de iniciativas de alfabetização anterior a 1947.

⁴ Segundo a etimologia da palavra educar: ex (fora) + ducere (conduzir, levar) = conduzir para fora. Pensando assim, educando é aquele que está sendo preparado para agir no mundo.



O primórdio da educação de adultos no Brasil serádado pelos padres jesuítas, com o intuito evangelizador: levar a fé católica aos indígenas já adultos. A alfabetização destes fazia parte do processo de conversão e de consciência da cultura ocidental, era ensinado a eles o catecismo da Igreja Católica. A educação com finalidade para erradicar o analfabetismo, que só surgiria posteriormente.

Há relatos que havia educação dada a adultos no período imperial como uma prática organizada por províncias na década de 1870. Nos Pareceres de Rui Barbosa, em 1882, este estava preocupado com a questão da educação de adultos e de como ela poderia ser dada.

No período republicano, em 1925 há outra proposta para a realização de uma EJA: a Reforma João Luís Alves, um conjunto de leis, que entre outras coisas, previa a educação de adultos como necessária. Assim como nos Pareceres de Rui Barbosa, essas idealizações não foram cumpridas, mas já foi um avanço pela preocupação com a questão de um ensino de EJA.

Para fins de profissionalização e necessidades práticas, o Exército adotou várias medidas de alfabetização de adultos em sua trajetória. Em 1913 previu que escolas regimentais deveriam alfabetizar todo recruta analfabeto e dar continuidade aos estudos dos que queriam ascender na carreira militar. Em 1928 estabelece a estrutura de ensino desde o primário ao nível profissional. Em 1933 (um ano após a revolução de 32) aprova o Plano Geral de Ensino Militar. E em 1938 (um ano anterior a Segunda Guerra Mundial), faz uma campanha contra o analfabetismo intensificada e dá maior importância à continuidade dos estudos para a toda a Tropa.

Por fim, vimos que ao longo do tempo, apareciam práticas de ensino conforme a necessidade de qualificação e por interesses específicos e práticos, mas não se tratavam de iniciativas de políticas federais. Agora, a União só começará a problematizar a questão da erradicação do analfabetismo a partir de 1940.



Jovens e adultos como objeto de políticas públicas do Estado: A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEEA)

Vários fatores incentivaram a criação de uma campanha para EJA em 1947. Primeiramente, foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 1937, com a proposta de promover pesquisas sobre o sistema de ensino brasileiro. Em 1940, houve o recenseamento geral que mostrava uma taxa de analfabetismo de 55% da população brasileira com mais de 18 anos. Esses dados reforçaram ainda mais a luta de educadores pela melhoria na educação nacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada em 1945, vinha estimulando a realização de programas que oferecessem educação de base para os países membros. Então, após esses fatores, em 1947 é criado o primeiro programa de EJA, que cobriria todo o território nacional: A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEEA).

O CEEA abrangeria todo o território nacional, finalmente com a proposta de erradicar o analfabetismo no Brasil. Como já dito anteriormente, é importante saber que junto com essa erradicação sempre há outro propósito oculto. Foi feito um material de conscientização de informações elementares de higiene, saúde e conservação de comida e distribuído como cartilha aos alunos. Ressalta-se aqui que o Ministério da Educação era anexo ao Ministério da Saúde, assim formavam o Ministério da Educação e Saúde, fazendo campanha de erradicação do analfabetismo também usando material de conscientização de saúde.

Percebe-se também que o lema da campanha era: “Ainda por amor às crianças é que devemos educar adolescentes e adultos.” Isso é um pensamento enraizado, que segundo Rizzini (2008) surge desde o século XIX propondo que as crianças devem ser “salvas” no sentido dar a elas assistência, pensando nelas como o futuro da nação. Acha-se que o investimento nas crianças faria um país economicamente forte, ao invés de investir em todas as faixas etárias para a concretização disso.



Por fim, o CEEA mereceu destaque por ter sido o primeiro programa governamental, nascido por pressões exteriores, lutas de educadores e por níveis alarmantes de analfabetismo no Brasil. Adiante veremos outras campanhas que apareceram após esta.

Campanhas de alfabetização antes da ditadura militar: CNER e CNEA.

Após a criação do CEEA, outros movimentos contra o analfabetismo foram criados e funcionavam simultaneamente. Cada programa tinha foco de erradicação do analfabetismo para públicos adultos de diferentes regiões e diferentes idades.

Com o sucesso da implantação do CEEA, que diminuiu a taxa de analfabetismo e evasão escolar, a União resolveu criar uma campanha que abrangesse melhor os camponeses em razão de fortalecer o desenvolvimento econômico e social no campo. Surgiu assim, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952. Esta seria subordinada ao CEEA e funcionaria paralelamente com a ela.

Em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, surgiria o possível primeiro programa que não estaria preocupado apenas com o ensino da leitura e escrita, mas também ao uso funcional destes. Era a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Teve essa preocupação de alfabetizar de mais utilitário e seus idealizadores estavam preocupados não só com a erradicação do analfabetismo, mas pesquisavam como que na sociedade se produzia o chamado analfabeto. Essas preocupações surgiram devido à inúmeras críticas aos outros programas relatando que, em mais de 10 anos após o inserção da primeira campanha o analfabetismo ainda era considerado como uma “vergonha nacional.” Seu foco era no Nordeste, onde os níveis de analfabetismo eram os mais alarmantes.

Essas campanhas irão perpetuaram até a chegada da ditadura militar, que irá extingui-las. Percebemos assim que o CNER e CNEA expandiram a EJA em território nacional e o último manifestou a evolução do método de ensino.



Comissão de Cultura Popular (CCP) e seus desdobramentos.

Particularmente, esta foi a melhor política desenvolvida pela União para a EJA. Talvez, o também o mais bem articulado programa criado junto à sociedade civil. Foi criado partindo de experiências regionais anteriores. Desenvolvendo não um projeto apenas de alfabetização, mas englobando toda a questão cultural e política da região vivida pelos educandos. Era trabalhado com o método de EJA desenvolvido por Paulo Freire e focava em ter abrangência nacional. Paralelamente a expansão de programas municipais promovidos por este mesmo ideal iam aumentando cada vez mais. Infelizmente, todos os programas deste caráter foram cortados com a ditadura militar, pois acharam que representavam um perigo marxista para o país. Paulo Freire foi exilado no Chile, país que adotou seu método e, que em dois anos após este fato, recebeu da UNESCO um destaque por ser um dos cinco países que melhor resolveram seu problema com o analfabetismo. Anos depois o Governo brasileiro percebe seu atraso na alfabetização e cria o MOBRAL.

A ditadura militar e a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Com a ditadura militar, todos os programas de alfabetização foram extintos. Assim, o Brasil passou por um período de três anos até criarem um sucessor dos antigos programas. Assim surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Em seus primeiros anos, o movimento foi trabalhado em sua estruturação, começando a agir de fato em 1970.

O Método Paulo Freire foi diluído no MOBRL. Toda a perspectiva de alfabetização que conscientiza e politiza (o letramento) foi retirada do método, restando apenas a parte responsável



pela alfabetização rápida, respondendo a demanda de um país em ascensão econômica e industrial. O MOBREAL terminará com a abertura política e com a criação da constituição de 1988.

A ascensão neoliberal e o Programa de alfabetização Solidária (PAS).

Na década de 1990, o MEC decidiu parar de investir na EJA, fazendo com que todos os investimentos fossem voltados para o ensino formal escolarizado com o ideal de tentar evitar novos analfabetos e deixando a deriva os analfabetos existentes. Hoje, boa parte das salas de EJA municipais e estaduais estão lotadas com jovens que eram crianças na década de 1990. O recurso planejado para se evitar novos analfabetos não vigorou e, muito pelo contrário, foi catastrófico.

Em 1997, a União volta a atuar na EJA com o Programa de Alfabetização Solidária (PAS). Os países latino-americanos estavam adotando políticas neoliberais, onde o Estado atuava de maneira menos interventiva possível, gerando privatizações e deixando muitos programas sob o cuidado de iniciativas privadas e ONGs. Com o PAS não foi diferente, para baratear custos do Governo, o programa era uma aliança entre parcerias do poder público e sociedade. Recebia arrecadações de iniciativas privadas,

O PAS foi implantado primeiramente nos municípios de maior taxa de analfabetismo nas regiões Norte e Nordeste. Posteriormente se estendeu para as grandes capitais. Atendia em especial um público de jovens de 18 a 24 anos, ou seja, estava focado em criar mão de obra alfabetizada.

A estrutura do PAS tinha um diferencial: a cada seis meses os alunos eram obrigados a mudar de módulo e passar para o nível seguinte do estudo. Os professores eram leigos ainda cursando o ensino médio que recebiam um treinamento na região sudeste para atuar como educador. Assim, havia uma empregabilidade temporária e os jovens educadores poderiam ter no currículo esse primeiro emprego. Isso diminuiria custos de contratar um professor.

As estatísticas de adultos alfabetizados eram enormes, cerca de 5 milhões de pessoas foram “alfabetizadas”. Na verdade, qualquer pessoa que frequentasse as aulas do PAS por pelo menos 6 meses já eram incluídas essa estatística, independente se de fato aprenderam ou não.



O programa fracassou, recebeu críticas por ter um caráter assistencialista. Por gerar simples comoção em empresários para que aceitassem ajudar financeiramente. Também tratava o aluno não letrado como um pobre coitado que precisava muito de ajuda.

Outro ponto de crítica importante é a confusão que se faz com o caráter de educadores leigos e a educação popular. O PAS não tinha caráter de educação popular como muitos pensam. A educação popular vem da cultura regional do aluno este é participante ativo de sua cultura e é ensinado por outro membro ativo desta mesma cultura. Enquanto o PAS tinha um caráter de educação bancária, onde era estruturado um saber que deveria ser passado de modo padronizado a nível nacional para todos os alunos escritos no programa. Seu fim será dado no ano de 2003 e sua substituição será feita pelo Programa Brasil Alfabetizado.

Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Trata-se do atual programa de alfabetização do Governo Federal criado em 2003. Tem caráter de abrangência em todo território nacional e atuando em maior incidência em cidades cujo analfabetismo ultrapassa 25% da população. O programa conta com o mesmo modo recrutamento do PAS. Qualquer um com ensino médio completo pode ser um alfabetizador e ser bolsista do programa. Assim, este já acarreta algumas críticas já recebidas ao PAS.

Iniciativas não federais e sua comparação com programas do Governo: O exemplo entre o PEJA e o PAS.

Independentemente de programas do Governo Federal, as práticas de EJA sempre estiveram presentes em iniciativas regionais de ONGs e em extensões universitárias. O que será



relatado adiante é uma pequena diferenciação entre um dos programas governamentais e um projeto de extensão universitária da UNESP.

Quando o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) foi criado, o PAS estava em andamento. Segundo o relato de Granville (2010), muitos dos professores que foram chamados para compor este projeto de extensão da UNESP haviam trabalhado anteriormente em programas federais e não queriam de modo algum que o PEJA virasse mais um programa qualquer. Eles alegavam que as políticas de educação de jovens e adultos naquele momento eram pouco ou nada eficazes, não passando de uma simples alfabetização, sem dar mecanismos de emancipação para o indivíduo. Queriam também que o projeto tivesse a qualidade da UNESP, ou seja, queriam ter um caráter educativo de qualidade.

O PAS mostrava níveis gigantescos de alunos alfabetizados, sem relatar que esses números eram apenas de alunos com frequência de mais de 6 meses, numa distorção total de qualidade de ensino, pois este estruturava uma educação fixa. O PEJA não tinha tantos resultados quantitativos como o PAS, mas sua qualidade foi fixada e sua ação continua em exercício. Dito isso, será relatado nos comentários a grande diferença entre alfabetizar e letrar. Qual dos programas estaria letrando e qual estaria alfabetizando? A pergunta tem que ser respondida individualmente por cada leitor.

Comentários: conclusão, pontos de crítica e o que mais vier.

Esse é um pequeno traçado da história das políticas públicas para a EJA. O governo pensa na alfabetização como progresso da sua massa de manobra, o que pensam sobre a educação de fato? Não há uma preocupação com o sujeito, mas alfabetizam pelo crescimento econômico de um país que esquece os direitos à educação⁵. Seu histórico de alfabetização de jovens e adultos é uma grande vergonha. Desde os padres jesuítas alfabetizando por uma questão de poder religioso a uma política que frisa adultos alfabetizados, mas nunca letrados, nunca libertados concretamente.

⁵Como já citado anteriormente, é um fato curioso ao sabermos que os grandes comentaristas de educação são economistas.



Um país que gerou um pensador pioneiro nessa libertação, Paulo Freire, estudado no mundo todo como exemplo de educação libertaria, foi exilado daqui e até hoje seu pensamento é usado pelo governo da forma mais distorcida possível. Usando seu nome em prêmios, projetos, reconhecendo-o como patrono da educação brasileira, mas nunca, em verdade dita: nunca mesmo será usada a concretude de seu pensamento, pois a liberdade do oprimido é perigosa demais.

Percebendo isso, teremos assim, talvez, uma observação polêmica: os programas de EJA geralmente tem a palavra “alfabetização⁶” no lugar de “letramento⁷”. Isso realmente já implica para que serve o programa que está sendo proposto: para aprender a ler placas de ônibus, nomes de ruas, fazer compras no supermercado e conseguir um emprego um pouco melhor do que o anterior por saber ler e escrever. Mas onde está o pensamento reflexivo? Onde foi aprisionada a educação reflexiva? Sem conscientização, cérebros vão ser sempre gavetas de armazenamento de dados já programados. Já é difícil realizar a conscientização devido ao modo de subjetivação capitalizado para o trabalho que a população recebe. Agora, imagine o que pode ser feito se em EJA há apenas alfabetização e nunca letramento? Cabe também saber quando a União vai atuar verdadeiramente com a Sociedade Civil criando uma política pública autêntica, que realmente de certo para a EJA, ao invés de programas que parecem ser mais do mesmo.

Essas palavras são deixadas no ar, pois a reflexão não precisa nunca de um ponto final e perguntas precisam gerar outras perguntas, nunca respostas, por mais elaboradas que sejam. O último ponto final servirá apenas para interromper a fala, mas não pararemos nunca por aqui.

Referências Bibliográficas

BARREYRO, Gladys Beatriz. **O “Programa Alfabetização Solidária”: Terceirização no contexto da reforma do Estado.** In: GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas n.18.

⁶ Segundo Magda soares (2003), o termo alfabetização se restringe à aquisição do sistema alfabético e ortográfico da escrita.

⁷ Segundo Magda Soares (2003), o termo letramento designa a prática social da escrita além da aquisição de signos e normas gramaticais.



BEISIEGEL, C. R. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. In: rev. Alfabetização e Cidadania nº16, 2003.

_____. **Política e Educação Popular**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

DI RICCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de adultos: Uma contribuição para seu estudo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRANVILLE, Maria Antonia. **Apresentação do PEJA**. In: Educação de pessoas jovens e adultas: múltiplas faces de um projeto educacional: aportes teóricos, práticas de formação, contextos produzidos / Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo, Maria Peregrina de Fátima RottaFurlanetti, organizadoras. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

HADDAD, S. **Estado e Educação de Adultos**. Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 1991.

SOARES, M. **Alfabetização: a resignificação do conceito**. In: rev. Alfabetização e Cidadania nº16, 2003.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia de sites.

Dicionário Etimológico - <http://www.dicionarioetimologico.com.br/>